

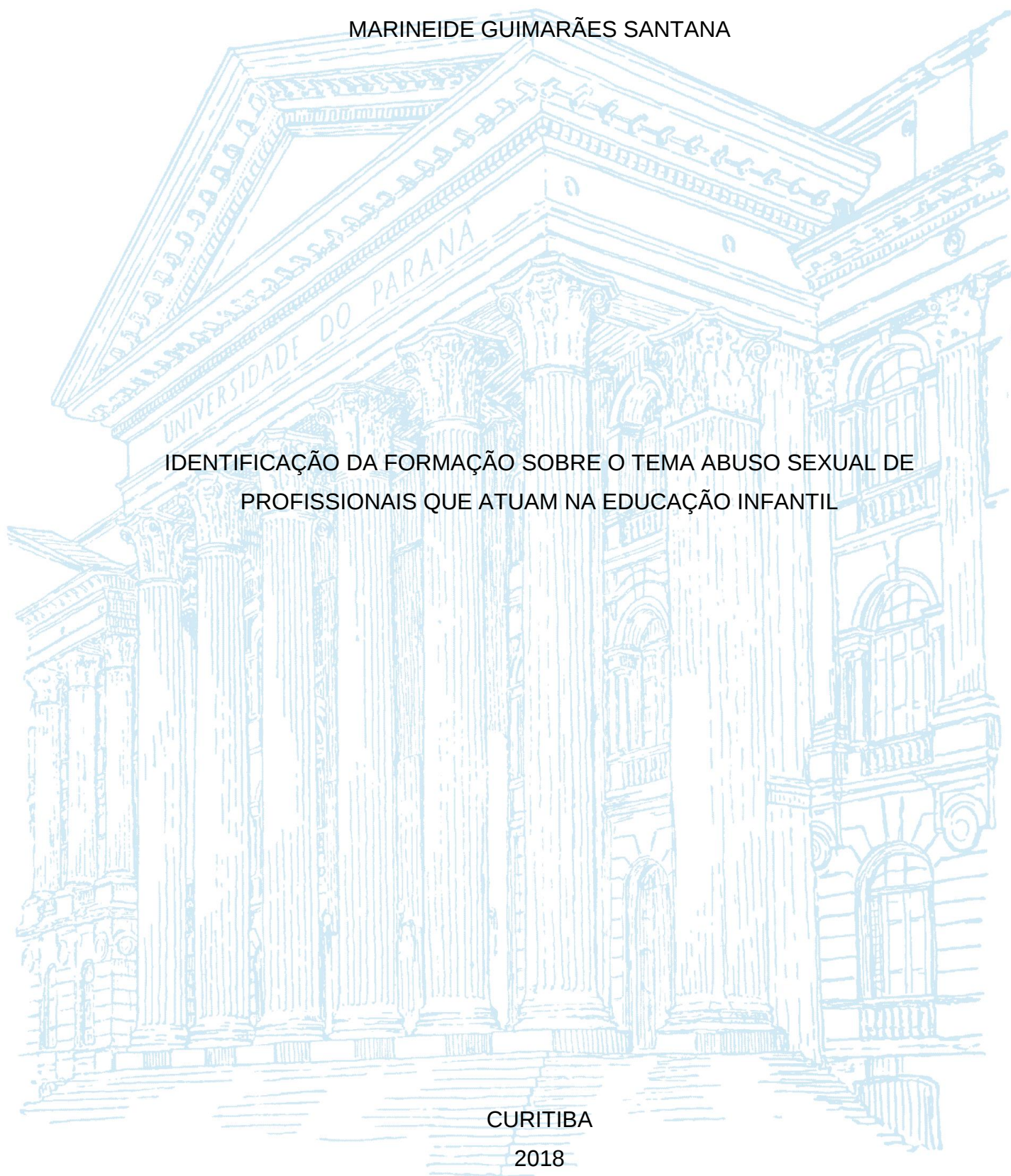
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA ANGÉLICA DA SILVA  
MARINEIDE GUIMARÃES SANTANA

IDENTIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO SOBRE O TEMA ABUSO SEXUAL DE  
PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CURITIBA

2018



MARIA ANGÉLICA DA SILVA  
MARINEIDE GUIMARÃES SANTANA

IDENTIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO SOBRE O TEMA ABUSO SEXUAL DE  
PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para obtenção de grau no curso de  
Pedagogia, Setor de Educação, da Universidade  
Federal do Paraná – UFPR.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gabriela Isabel Reyes  
Ormeño.

CURITIBA

2018

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MARIA ANGÉLICA DA SILVA  
MARINEIDE GUIMARÃES SANTANA

CONHECIMENTO SOBRE O TEMA ABUSO SEXUAL DE PROFISSIONAIS QUE  
ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gabriela Isabel Reyes Ormeño

Orientadora-Departamento de Teorias e Fundamentos Da Educação – UFPR

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iasmin Zanchi Boueri

Departamento de Teorias e Fundamentos Da Educação – UFPR

Curitiba, 12 de dezembro de 2018.

*A todos que de alguma forma contribuíram para realização desse trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradecemos a Deus que nos permitiu a realização deste trabalho.*

*A família, por todo apoio, compreensão e incentivo que tivemos durante esse tempo, as palavras de conforto nos momentos de frustrações, obrigada por sempre estarem por perto.*

*Aos nossos companheiros Luiz Gustavo, Wilston e claro ao pequeno Davi pela ausência no final de semana e paciência que tiveram durante todo esse tempo.*

*Agradecemos as escolas por disponibilizar o tempo e o espaço, e aos profissionais que contribuíram para pesquisa ser concluída.*

*A nossa linda orientadora Gaby por toda paciência que teve nesses últimos momentos, pela confiança que nos foi depositada, por todas as oportunidades oferecidas. Agradecemos imensamente.*

*“Todo amanhã se cria num ontem, através de um  
hoje. De modo que o nosso futuro se baseia no  
passado e corporifica no presente. Temos que saber  
o que fomos e o que somos para saber o que  
seremos.”*

*(Paulo Freire)*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar o perfil dos profissionais que atuam na educação em relação ao tema abuso sexual infantil, detectando se o tema faz parte de sua formação inicial ou continuada. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância a escola tem papel importante no sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Cabe a ela assegurar o cumprimento de tais direitos promovendo a prática da cidadania e da participação dos meninos e meninas, além de notificar casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos ao conselho tutelar. Diante de tais considerações, aplicou-se um questionário a profissionais da educação, com o intuito de avaliar a eficácia de cursos de graduação, capacitação e formação continuada acerca do tema abuso sexual infantil, apontando seu repertório de informações sobre o assunto, identificando os sintomas que uma criança sexualmente abusada apresenta e conhecimento dos procedimentos corretos para adotar frente a denúncias e encaminhamentos de casos aos serviços de proteção à criança.

**Palavras-chave:** Abuso Sexual Infantil. Educação Infantil. Profissionais da Educação. Formação Continuada.

## ABSTRACT

The present work aims to identify the profile of professionals working in education in relation to child sexual abuse issue by detecting whether the topic is part of your initial or continuous training. According to the United Nations Children's Fund the school has important role in the system of guarantee of the rights of children and adolescents. It's up to her to ensure the fulfilment of these rights by promoting the practice of citizenship and the participation of boys and girls, in addition to notify cases of suspected or confirmed abuse to child protective services. Faced with such considerations, a questionnaire was applied to education professionals, in order to assess the effectiveness of courses, training and continuing education on the subject child sexual abuse, pointing your repertoire of information about it, identifying the symptoms that a sexually abused child features and knowledge of the correct procedures to adopt in the face of complaints and referrals of cases to child protective services.

**Keyword:** Child Sexual Abuse. Early Childhood Education. Education professionals. Continuing Education.

## LISTA DE QUADROS

|                                                            |    |
|------------------------------------------------------------|----|
| QUADRO 01 - TIPOS DE MAUS TRATOS .....                     | 19 |
| QUADRO 02 - TIPOS DE ABUSO SEXUAL SEM CONTATO FÍSICO ..... | 21 |
| QUADRO 03 - TIPOS DE ABUSO SEXUAL COM CONTATO FÍSICO ..... | 22 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| FIGURA 01 - RAIO X DA VIOLÊNCIA SEXUAL .....                                            | 24 |
| FIGURA 02 - IDENTIDADE RACIAL DOS PARTICIPANTES.....                                    | 31 |
| FIGURA 03 - ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES.....                                         | 32 |
| FIGURA 04 - CONDIÇÃO MARITAL DOS PARTICIPANTES.....                                     | 32 |
| FIGURA 05 - QUANTIDADE DE FILHOS DOS PARTICIPANTES.....                                 | 33 |
| FIGURA 06 - CAPACIDADE DE DENÚNCIA DOS PARTICIPANTES.....                               | 36 |
| FIGURA 07 - ENCAMINHAMENTO DE FORMA APROPRIADA PELOS PARTICIPANTES.....                 | 37 |
| FIGURA 08 - UTILIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS ADEQUADAS NO ENFRENTAMENTO DO ABUSO INFANTIL..... | 37 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                             |    |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| TABELA 01 - FAIXA ETÁRIA DOS PARTICIPANTES.....                             | 31 |
| TABELA 02 - RENDA FAMILIAR DOS PARTICIPANTES.....                           | 33 |
| TABELA 03 - FORMAÇÃO INICIAL DOS PARTICIPANTES SOBRE ABUSO INFANTIL.....    | 34 |
| TABELA 04 - FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PARTICIPANTES SOBRE ABUSO INFANTIL..... | 35 |

## LISTA DE SIGLAS

|         |   |                                                                                 |
|---------|---|---------------------------------------------------------------------------------|
| ABRAPIA | – | Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência |
| CF      | – | Constituição Federal                                                            |
| CT      | – | Conselho Tutelar                                                                |
| ECA     | – | Estatuto da Criança e do Adolescente                                            |
| ENSP    | – | Escola Nacional de Saúde Pública                                                |
| LAPREV  | – | Laboratório de Análise e Prevenção da Violência                                 |
| MP      | – | Ministério Público                                                              |
| MS      | – | Ministério da Saúde                                                             |
| OMS     | – | Organização Mundial da Saúde                                                    |
| QCASI   | – | Questionário sobre Concepções acerca de Abuso Sexual Infantil                   |
| TCC     | – | Trabalho de Conclusão de Curso                                                  |
| UNICEF  | – | Fundo das Nações Unidas para a Infância                                         |

## LISTA DE ABREVIATURAS

- Art. – Artigo
- Nº – Número
- p. – Página
- s/p – Sem número de página

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                   |           |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                           | <b>13</b> |
| <b>2</b> | <b>DELIMITAÇÃO DO TEMA .....</b>                                                                                  | <b>14</b> |
| <b>3</b> | <b>REVISÃO DE LITERATURA .....</b>                                                                                | <b>16</b> |
| 3.1      | CONCEITUAÇÃO DE MAUS TRATOS INFANTIS .....                                                                        | 16        |
| 3.2      | TIPOS DE MAUS TRATOS.....                                                                                         | 17        |
| <b>4</b> | <b>DEFINIÇÃO E FORMAS DE ABUSO SEXUAL .....</b>                                                                   | <b>20</b> |
| 4.1      | PREVALÊNCIA DO ABUSO SEXUAL .....                                                                                 | 23        |
| 4.2      | NOTIFICAÇÃO .....                                                                                                 | 23        |
| 4.3      | SINTOMAS.....                                                                                                     | 25        |
| 4.4      | CONSEQUÊNCIAS .....                                                                                               | 25        |
| <b>5</b> | <b>O PAPEL DO PROFESSOR E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE ATUAM COM CRIANÇAS QUE SOFRERAM ABUSO SEXUAL.....</b> | <b>26</b> |
| <b>6</b> | <b>REDE DE PROTEÇÃO .....</b>                                                                                     | <b>28</b> |
| <b>7</b> | <b>METODOLOGIA .....</b>                                                                                          | <b>29</b> |
| 7.1      | PARTICIPANTES .....                                                                                               | 29        |
| 7.2      | INSTRUMENTO .....                                                                                                 | 29        |
| 7.3      | CAMPO DE PESQUISA .....                                                                                           | 30        |
| 7.4      | PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....                                                                             | 30        |
| <b>8</b> | <b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>                                                                               | <b>31</b> |
| <b>9</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                 | <b>38</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                           | <b>39</b> |
|          | <b>APÊNDICE .....</b>                                                                                             | <b>42</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda como problemática a formação sobre o tema abuso sexual de profissionais que atuam na Educação Infantil. O interesse pela temática surgiu durante uma aula de Psicologia da Educação, no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná.

Foi estipulado aos alunos a apresentação de um seminário, com tema livre, que abordasse algum assunto polêmico. Surgiu-nos a ideia de discorrer sobre o abuso sexual de crianças e durante a apresentação, tivemos na turma inúmeros relatos de abuso presenciados por colegas que atuavam em escolas, tanto na Educação Infantil, como nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Passado um tempo, nos dirigimos até uma instituição de ensino não escolar, que atende crianças de extrema vulnerabilidade social no contra turno das escolas, com o intuito de realizar uma pesquisa de campo sobre o modo de atuação da mesma. Durante a conversa com a responsável do local, esta relatou que inúmeras crianças sofriam o abuso sexual e faziam a revelação aos funcionários da instituição, uma vez que o abusador era uma pessoa da família.

Compreendemos então a importância das instituições de educação no acolhimento e proteção das crianças vítimas da violência sexual. Neste sentido, tais instituições podem vir a ser o espaço de identificação, notificação e encaminhamento da violência, assim como os profissionais são de fundamental importância na prevenção e no acompanhamento das crianças abusadas.

Uma vez que a violência sexual é o segundo tipo mais recorrente de maus tratos passível de notificação a nível nacional e ocorre em sua maioria no âmbito familiar, o enfrentamento deste problema exige uma efetiva interação de diferentes setores como educação, saúde, segurança e justiça- denominado como Rede de Proteção (ABRAPIA, 2002).

Diante tais fatos objetivamos, com esta pesquisa, identificar o perfil do profissional que pode vir a trabalhar com crianças vítimas do abuso sexual e compreender se estes estão devidamente capacitados para detectar uma situação de violência, identificar os sintomas apresentados pelo abusado e se necessário notificar aos órgãos responsáveis á nível judicial.

## 2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A violência sexual infantil é considerada uma grave violação aos direitos humanos e atinge diariamente inúmeros meninos e meninas. Tem relação com fenômenos culturais, sociais e econômicos e ocorre em todo o mundo (SANTOS, 2009).

Segundo o Ministério da Saúde (MS, 2018), entre os anos de 2011 e 2017 o Brasil obteve um aumento de 83% nas notificações de violências sexuais entre crianças e adolescentes. A maior parte das ocorrências registradas ocorreram no lar das vítimas e os agressores são denominados pessoas do ambiente familiar ou de convívio direto com as crianças.

Considerando o abuso sexual infantil como um problema relevante em nossa sociedade e a necessidade de constante capacitação de profissionais que atuam na Rede de Proteção – especificamente os profissionais da educação -, torna-se importante conhecer o perfil destes profissionais e identificar se o tema do abuso sexual infantil fez ou faz parte de sua formação inicial e continuada, a fim de detectar quais procedimentos são adotados ao se depararem com as diversas formas de abuso sexual (FERREIRA, 2010).

Diante de tais considerações, indagamo-nos a respeito da eficácia de cursos de graduação, capacitação e formação continuada acerca do tema abuso sexual infantil. Surgiram as seguintes questões:

- Tais formações oferecem subsídios teóricos aos profissionais que atuam ou podem vir a atuar com crianças vítimas de violência sexual?
- Qual o repertório de informações sobre o assunto que os profissionais das instituições de educação detêm?
- Os profissionais são capazes de identificar os sintomas que uma criança sexualmente abusada apresenta?
- Esses mesmos profissionais possuem conhecimento em relação aos procedimentos corretos para adotar frente a denúncias e encaminhamentos de casos aos serviços de proteção à criança?

Com base nestes questionamentos, delineamos como objetivo geral de pesquisa: identificar a formação dos profissionais que atuam na educação em relação ao tema abuso sexual infantil.

E traçamos por objetivos específicos:

- I. Apontar qual a postura dos profissionais da educação ao ter conhecimento sobre um caso de suspeita ou de revelação de abuso sexual infantil;
- II. Identificar se o tema sobre o abuso sexual faz parte da sua formação inicial ou continuada.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo apresentar-se-á a revisão de literatura que fundamentou teoricamente o presente trabalho de pesquisa.

#### 3.1 CONCEITUAÇÃO DE MAUS TRATOS INFANTIS

Em 1999, o Conselho de Prevenção contra o Abuso Infantil, da Organização Mundial de Saúde (OMS), apresentou a seguinte definição de maus-tratos:

O abuso ou os maus-tratos contra crianças engloba toda a forma de maus-tratos físicos e/ou emocional, abuso sexual, abandono ou trato negligente, exploração comercial ou outro tipo, do qual resulte um dano real ou potencial para a saúde, a sobrevivência, o desenvolvimento ou a dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (OMS, 1999, p.9).

O que caracteriza diretamente os abusos e maus-tratos contra crianças e/ou adolescentes é a relação de poder estabelecida entre o agressor e a vítima. (BRINO *et al*, 2011).

Deslandes (1994) define o abuso ou maus-tratos pela existência de um sujeito em condições superiores em idade, força, posição social ou econômica, inteligência, autoridade que comete um dano físico, psicológico ou sexual, contrariamente à vontade da vítima ou por consentimento obtido a partir de indução ou sedução enganosa.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2006) a violência contra crianças prevalece em todos os países do mundo e está presente em todas as culturas, classes, níveis de escolaridade, faixas de renda e origens étnicas.

A justificativa dos agressores é o uso da violência como disciplina, ou como forma de “tradição”. A violência contra crianças na família pode frequentemente ocorrer no contexto de medidas disciplinares e assumir a forma de castigo físico, cruel ou humilhante (UNESCO, 2005).

Para Santiago, Mattioli (2009), um ato de violência doméstica cometido pelos pais da vítima pode ser compreendido como uma forma de punição merecida pela criança e um direito de uso dos pais que a utilizam no processo de educação de seus

filhos. Desta forma, a violência se introduz na família como um direito dos pais e, por vezes, é justificado pelas vítimas como forma disciplinadora e educadora.

Tendo em vista a gravidade de tais fatores e o aumento de relatos sobre o assunto, várias medidas foram tomadas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, em seu Art. 5º estabelece que

[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, s/p).

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu Art. 227, afirma que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, [...], além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, s/p).

A partir de tais documentos é possível perceber o movimento de proteção à criança e ao adolescente em situação de maus tratos e/ou violência. A seguir trataremos sobre os tipos de maus tratos possíveis na infância e juventude.

### 3.2 TIPOS DE MAUS TRATOS

Dentre a diversidade de conceituações sobre os tipos de maus tratos presentes na literatura, inúmeras convergem que tal violência se subdivide em duas categorias: intrafamiliar e extrafamiliar.

A violência intrafamiliar engloba toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica, a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por tais membros, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, numa relação de poder à outra (BRASIL, 2002).

Tal violência contra a criança e adolescente revela-se como um dos fenômenos sociais mais complexos e preocupantes do mundo atual (LOPES, 2013), uma vez que as famílias são as próprias agressoras, e o lugar que seria para proteger acaba por ser um espaço de violência, tornando as crianças totalmente vulneráveis a essa situação (Araújo *et al* 2015).

O fenômeno da violência intrafamiliar é um fator histórico cultural, que está enraizado em pais e mães, vendo na punição física a única forma de educar seus filhos (VALENCIANO, 2018) e desconhecendo que tais ações podem vir a causar danos físicos e psicológicos e desencadear outros problemas ao desenvolvimento da criança.

Segundo o ECA (BRASIL, 1990), a família é fundamental no desenvolvimento da criança e do adolescente, cabendo aos pais ou responsáveis assegurar os direitos ao cuidado e a educação, sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção.

Em seu Art. 4º institui

o dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, s/p).

A violência extrafamiliar, por sua vez, ocorre fora do âmbito familiar e pode ser praticada por conhecidos ou alguém de confiança da vítima, como padres, pastores, médicos, educadores, responsáveis por atividade de lazer entre outros (ABRÁPIA, 2002).

Brino *et al* (2011) apontam que 70% dos abusos e maus tratos são cometidos de forma intrafamiliar, em suas diversas modalidades: abusos e/ou maus-tratos físicos, psicológicos, sexuais e negligência. Vale ressaltar que toda e qualquer forma de maus tratos causam danos no desenvolvimento biopsicossocial da criança.

QUADRO 01 – TIPOS DE MAUS TRATOS

| TIPOS DE MAUS TRATOS     | CARACTERÍSTICAS DE MAUS TRATOS                                                                                                                                                                                                              |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| MAUS TRATOS FÍSICOS      | Apresenta alguma lesão tais como: <b>hematomas, queimaduras, faturas (inclusive no crânio), feridas ou machucados, mordidas, cortes, lesões internas, asfixia ou afogamento.</b>                                                            |
| MAUS TRATOS PSICOLÓGICOS | É a ação negativa do adulto sobre a criança ou adolescente, incluindo todas as formas de desrespeito como: <b>rejeição, cobranças ou punições excessivas, humilhações ou ridicularização.</b>                                               |
| NEGLIGÊNCIA              | Falta de cuidado com as necessidades básicas da criança ou adolescente: <b>a falta de higiene, alimentação, afeto, educação e saúde. Tais necessidades que são indispensáveis para o crescimento e desenvolvimento adequado da criança.</b> |
| ABUSO SEXUAL             | O abuso sexual corresponde ao envolvimento de uma criança ou adolescente com alguém, cuja a <b>idade seja superior</b> à da vítima. Tem como finalidade a <b>satisfação sexual do adulto.</b>                                               |

FONTE: Síntese das autoras com base em CLAVES/ENSP/Fiocruz, 2001.

#### 4 DEFINIÇÃO E FORMAS DE ABUSO SEXUAL

Dentre as diversas conceituações, o abuso sexual tem sua definição dada de forma mais abrangente pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do MS:

Incluem-se como violência sexual os casos de assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual, que podem se manifestar das 'seguintes maneiras: abuso incestuoso; sexo forçado no casamento; jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas; pedofilia; voyeurismo; manuseio; penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. Inclui, também, exposição coercitiva/constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico. Ademais, se consideram os atos que, mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento, impeçam o uso de qualquer método contraceptivo ou force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto, à prostituição; ou que limitem ou anulem em qualquer pessoa a autonomia e o exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos (Brasil, 2016, p. 58).

Para Brino *et al* (2011), a violência sexual é mais difícil de ser detectada, pelo fato de que, na maioria das vezes, não deixa marcas físicas na vítima. Em contrapartida, tal violência pode ser acompanhada concomitantemente de abuso físico e psicológico pelo fato de o agressor, em muitos casos, possuir vínculos afetivos e familiares com a criança.

Segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA, 2002), os abusadores em sua maioria são familiares, amigos íntimos da família, responsáveis pela criança, ou conhecidos que detêm a confiança da mesma.

A mãe muito raramente aparece como agressora nesse tipo de abuso, mas é comum sua participação “passiva”, “consentindo” silenciosamente, constrangida pelo medo da desestruturação da unidade familiar ou por temor as ameaças do seu cônjuge. (DESLANDES, 1994).

Na definição de Sayão (2006, p.27), “[...] o abuso sexual é uma situação em que uma criança ou adolescente é invadido em sua sexualidade e usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho.”

A discrepância do uso de poder entre o abusador e o abusado torna-se um fator primordial para o abuso, bem como a culpabilização da criança em sentir prazer para consentir e acobertar a situação de abuso. Segundo a ABRAPIA (2002, p. 08), “[...] o abusador se aproveita do fato da criança ter sua sexualidade despertada para

consolidar a situação de acobertamento” e “a criança se sente culpada por sentir prazer e isso é usado pelo abusador para conseguir seu consentimento.

Segundo a ABRAPIA (2004 apud Brino *et al*, 2011), um fator que caracteriza o abuso contra crianças é a relação de poder que o agressor estabelece sobre a vítima, alegando o consentimento da mesma em tais ações.

O consentimento não deve ser o limite entre uma relação abusiva e não abusiva. Uma criança, ou mesmo um adolescente, geralmente não tem condições de estabelecer os limites em uma relação abusiva.

No caso do abuso sexual, por exemplo, uma criança não tem a capacidade de discriminar e consentir sobre uma relação sexual. Quem deve ser o responsável por estabelecer estes limites é o adulto.

O abuso sexual subdivide-se em dois grupos: sem contato físico e com contato físico, como se pode observar nos quadros a seguir:

QUADRO 02 – ABUSO SEXUAL SEM CONTATO FÍSICO

| ABUSO SEXUAL SEM CONTATO FÍSICO |                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ABUSO SEXUAL VERBAL             | Conversas abertas sobre atividade sexual destinadas a despertar o interesse da criança ou do adolescente ou a chocá-los.                                                                                                                                                                   |
| TELEFONEMAS OBSCENOS            | A maioria é feita por adultos, especialmente do sexo masculino, podendo gerar ansiedade na criança, no adolescente e na família                                                                                                                                                            |
| EXIBICIONISMO                   | A intenção, nesse caso, é chocar a vítima. O exibicionista é, em parte, motivado por esta reação. A experiência pode ser assustadora para as vítimas.                                                                                                                                      |
| VOYEURISMO                      | O Voyeur obtém sua gratificação por meio da observação de atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, estando normalmente em local onde não seja percebido pelos demais. A experiência pode perturbar e assustar a criança ou adolescente. A internet é hoje a grande vitrine para o Voyeur. |
| OUTROS                          | Mostrar para criança ou adolescente fotos ou vídeos pornográficos, ou ainda fotografar crianças e adolescentes nus ou em posições sedutoras com objetivos sexuais.                                                                                                                         |

FONTE: Síntese das autoras com base em ABRAPIA, 2002.

QUADRO 03 – ABUSO SEXUAL COM CONTATO FÍSICO

| ABUSO SEXUAL COM CONTATO FÍSICO                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ATOS FÍSICOS – GENITAIS</b>                               | Incluem relações sexuais com penetração vaginal, tentativa de relações sexuais, carícias nos órgãos genitais, masturbação, sexo oral e penetração anal.                                                                                                                                                                                             |
| <b>PORNOGRAFIA E PROSTITUIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b> | São essencialmente casos de exploração sexual visando fins econômicos por parte do agressor.                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>PORNOGRAFIA</b>                                           | É uma forma de abuso sexual da criança e do adolescente cujo objetivo, muitas vezes, é a obtenção de lucro financeiro. Crianças e adolescentes de 03 a 17 anos são utilizados no papel de atores ou modelos em vídeos, fotografias, gravações ou filmes obscenos, simulando ou executando atos sexuais com adultos, outras crianças ou até animais. |
| <b>PROSTITUIÇÃO INFANTIL</b>                                 | É definida como a utilização ou a participação de crianças ou adolescentes em atos sexuais com adultos ou outros menores, onde não necessariamente está presente a utilização da força física, mas pode estar presente outro tipo de força, como a coação.                                                                                          |
| <b>ESTUPRO</b>                                               | Do ponto de vista legal, estupro é a situação em que ocorre penetração vaginal ou anal com o uso de violência ou grave ameaça, sendo que, em crianças e adolescentes de até 14 anos, a violência é presumida.                                                                                                                                       |
| <b>ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR</b>                            | É constranger alguém a praticar atos libidinosos, sem penetração vaginal ou anal, utilizando violência ou grave ameaça, sendo que, como ocorre no estupro, em crianças e adolescentes de até 14 anos, a violência é presumida.                                                                                                                      |
| <b>INCESTO</b>                                               | É qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, entre um adolescente e uma criança, ou ainda entre adolescentes, quando existe laços de consanguinidade entre os mesmos.                                                                                                                                         |
| <b>ASSÉDIO SEXUAL</b>                                        | Caracterizado por propostas de contato sexual, quando é utilizada, na maioria das vezes, a posição de poder do agente sobre a vítima, que é chantageada e ameaçada pelo agressor.                                                                                                                                                                   |

FONTE: Síntese das autoras com base em ABRAPIA, 2002.

#### 4.1 PREVALÊNCIA DO ABUSO SEXUAL

O abuso sexual é a segunda forma de violência contra crianças e adolescentes mais recorrente. Estima-se que, no Brasil, 165 crianças ou adolescentes sofrem abuso sexual por dia ou sete a cada hora (ABRAPIA, 2002).

De acordo com dados da *Childhood* (Brasil, 2009), a maioria das crianças abusadas é composta por meninas, na idade entre sete e 14 anos, e destas, uma em cada três ou quatro meninas brasileiras é abusada sexualmente até a idade de 18 anos.

Da mesma forma, um entre seis e dez meninos é abusado até os 18 anos. Embora haja uma concentração de casos de abuso sexual na faixa etária entre sete e 14 anos, mais de um terço das notificações envolvem crianças de cinco anos ou menos.

Um estudo realizado no ABC paulista registrou que 90% das gestações em jovens com até 14 anos foram fruto de incesto, sendo o autor, na maioria dos casos, o pai, o tio ou o padrasto. (Faculdade de Medicina do ABC, 2001).

#### 4.2 NOTIFICAÇÃO

No que diz respeito a notificação, segundo boletim epidemiológico do MS (2018), entre os anos de 2011 á 2017 foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes. Vale ressaltar que conforme a convenção elaborada pela OMS e adotada pelo MS, são considerados como crianças os indivíduos com idade entre zero e nove anos e como adolescentes aqueles entre 10 e 19 anos.

Em relação a reincidência contra crianças, o estudo mostrou que 33,7% das ocorrências possuíram caráter de repetição. Sobre a localidade dos fatos, 69,2% das notificações ocorreram na residência e 4,6% ocorreram na escola. Em 81,6% dos casos, o agressor era do sexo masculino e 37,0% tinham vínculo familiar com a vítima

A avaliação das características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual mostrou que 43.034 (74,2%) eram do sexo feminino e 14.996 (25,8%) eram do sexo masculino. Do total, 51,2% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos, 45,5% eram da raça/cor da pele negra, e 3,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno.

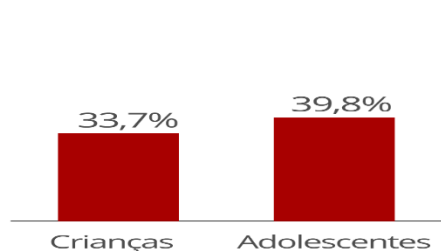
A maioria das ocorrências aconteceram dentro de casa e os agressores eram pessoas do convívio das vítimas, geralmente familiares. O estudo também mostra que a maioria das violências é praticada mais de uma vez, conforme se pode observar na figura:

FIGURA 01 – RAIOS X DA VIOLÊNCIA SEXUAL

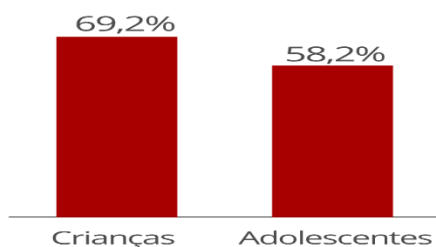
### Raio-x da violência sexual

Dados são de 2011 a 2017 envolvendo crianças e adolescentes

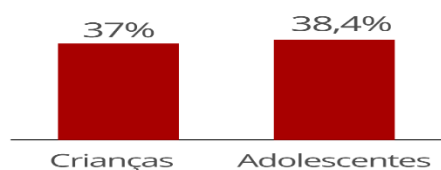
#### CASOS QUE SE REPETEM



#### CASOS QUE ACONTECEM NA RESIDÊNCIA DA VÍTIMA



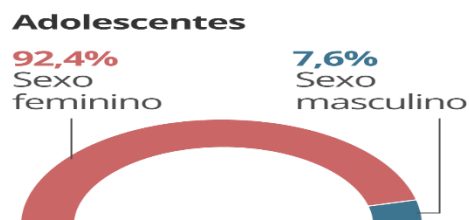
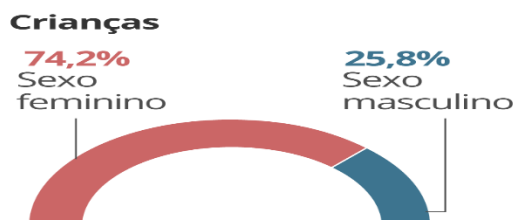
#### AGRESSOR TEM VÍNCULO FAMILIAR



#### GÊNERO DO AGRESSOR



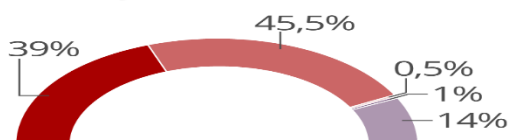
#### GÊNERO DAS VÍTIMAS



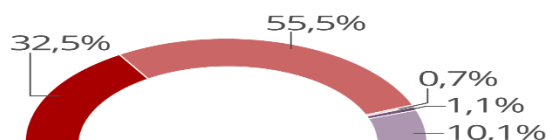
#### RAÇA DAS VÍTIMAS

branca negra amarela indígena ignorada

#### Crianças



#### Adolescentes



Fonte: Ministério da Saúde

Infográfico elaborado em: 26/06/2018



FONTE: Ministério da Saúde (2018).

### 4.3 SINTOMAS

A observação do comportamento das crianças é imprescindível para detectar os sinais ou a suspeita de um possível abuso. A variação repentina deste comportamento pode indicar que algo está acontecendo.

Brino *et al* (2011) elencam sintomas que partem da criança e caracterizam diretamente os abusos, partindo do pressuposto da relação de poder estabelecida entre o agressor e a vítima: requisitar estimulação sexual de outras pessoas, curiosidade sexual excessiva, masturbação excessiva ou pública, ansiedade relacionada a temas sexuais, agressividade sexual, colocar objetos no ânus ou vagina, brinquedos e/ou jogos sexualizados, conhecimento sexual inapropriado para a idade, exposição frequente dos genitais.

### 4.4 CONSEQUÊNCIAS

Para Brino *et al* (2011), algumas consequências são observáveis e indicam a ocorrência dos maus tratos dentre elas: problemas escolares/mudança no rendimento acadêmico, retraimento e/ou isolamento, transtornos alimentares (anorexia e/ou bulimia), sentimento de vergonha e/ou culpa, autoconceito negativo, tentativa e/ou comportamento suicida, raiva e/ou hostilidade, ansiedade, baixa autoestima, medos, fuga de casa, resistência à determinadas pessoas e lugares, comportamento regressivo. Na vida adulta os abusados podem ter problemas de relacionamento social, impotência sexual, depressão e suicídio (ABRAPIA, 2002).

Outra consequência grave recorrente dos abusos dá-se na vida adulta, onde em alguns casos o abusado na infância torna-se abusador. Para explicar tal fator, embasamo-nos na explicação da ABRAPIA (2002, p. 23) sobre o abusador:

O maior dano que ele causa é a mente da criança que é invadida por uma concretização das fantasias sexuais próprias da infância, que deveriam permanecer em seu imaginário. A concretização precoce destas fantasias pode explicar a evolução de abusado para abusador; a criança fica aprisionada a esta prática infantil do sexo e suas numerosas implicações psicológicas adoeceras, e apenas muda de lado quando se torna adulto, permanecendo assim na cena sexual infantil traumática.

## **5 O PAPEL DO PROFESSOR E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE ATUAM COM CRIANÇAS QUE SOFRERAM ABUSO SEXUAL**

Para que aconteça uma educação de qualidade, torna-se necessário a contribuição de vários profissionais especializados, dentre eles: professores, equipe pedagógica, direção, coordenação, orientação e equipe de apoio. A organização da Escola é competência de todos - dentro e fora da sala de aula e deve ser coletiva. (PIMENTA, 1995).

O abuso é informado comumente aos profissionais da escola tendo em vista que estes passam longos tempos com a criança e acabam estabelecendo vínculos de confiança. Outro fator que contribui para o relato se dar dentro do ambiente escolar é o fato da maior parte dos abusos ocorrer no ambiente intrafamiliar, o que inibe a criança de revelar a ocorrência do abuso sexual para membros da família. (Brino e Williams, 2009).

Devido ao espaço escolar ser um ambiente de convivência diária da criança, este pode vir a ser o espaço de identificação, notificação e encaminhamento da violência.

Os profissionais da educação exercem papel fundamental na promoção da saúde, na prevenção do agravo e no acompanhamento das crianças vitimadas. Por isso, “[...] é necessário que os professores tenham um olhar responsável com relação à identificação da violência, para que esse ciclo se quebre e que reduzam os números de violência infantil” (ARAUJO et al, 2014, p. 130). Tendo em vista estes fatores, é dever legal dos profissionais escolares notificar os órgãos competentes no caso de suspeita ou ocorrência da violência sexual, contribuindo para interromper esse ciclo de violência, seja na criança que está sofrendo o abuso ou em outras possíveis vítimas do agressor.

De acordo com o Art. 70º do ECA (BRASIL,1990), “[...] é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”.

O Art. 13, por sua vez, determina que “[...] os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (BRASIL, 1990, s/p).

Já no Art. 245, estabelece uma multa de três a 20 salários de referência – aplicando-se o dobro em caso de reincidência, se

[...] deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente (BRASIL, 1990, s/p).

Para a prevenção do abuso sexual contra crianças e jovens, trata-se de, entre outros aspectos, promover a consciência de que seu corpo lhes pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de saúde e higiene. Isso contribui para o fortalecimento da autoestima, com a consequente inibição do submetimento ao outro. (SAYÃO, 2006).

## 6 REDE DE PROTEÇÃO

Segundo UNICEF (ONU, 2009), a escola tem papel importante no sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Cabe a ela assegurar o cumprimento de tais direitos promovendo a prática da cidadania e da participação dos meninos e meninas, além de notificar casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos ao conselho tutelar. Em outras palavras, a escola desempenha um papel importante na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, porém, ela por si só tem alcance limitado.

As crianças vítimas de maus tratos necessitam de um acompanhamento efetivo e multissetorial realizado pela rede de proteção, uma vez que, todos os integrantes desse sistema atuem de forma convergente para que a proteção seja integral, estabelecendo uma rede de serviços que atenda a elas, a suas famílias e, se necessário, que ofereça suporte aos profissionais da escola (FERREIRA, 2010).

Segundo Ferreira (2010) a rede de proteção é composta pelas escolas, pelos serviços de saúde e órgãos de atendimento direto a criança (responsáveis pela promoção de políticas sociais básicas e garantia de direitos), conselhos tutelares e fóruns (responsáveis pelo controle das entidades que exercem a vigilância sobre a política e o uso de recursos públicos para a área da infância e da adolescência) e por fim, defensorias públicas, MP e Poder Judiciário (responsável pela defesa dos direitos, intervindo nos casos em que os direitos de crianças ou adolescentes são negados ou violados).

## 7 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa quantitativa visando saber as opiniões e conhecimentos que os entrevistados possuem a respeito do tema abuso sexual infantil, bem como sua formação acerca da temática.

### 7.1 PARTICIPANTES

A presente pesquisa foi realizada com dezesseis participantes, sendo: uma diretora, uma pedagoga, duas funcionárias de serviços gerais e doze professoras da Educação Infantil. Durante a pesquisa, uma funcionária dos serviços gerais desistiu de participar, o que totalizou em quinze participantes.

### 7.2 INSTRUMENTO

O instrumento utilizado foi um questionário de coleta de dados, traduzido por Brino e Williams (2003) de um instrumento utilizado por Hazzard em 1984 e reelaborado pelas autoras. É composto de 31 perguntas subdivididas em três partes. A primeira é constituída de 12 questões que dizem respeito às características sócio demográficas dos participantes, abrangendo questões como: idade, gênero sexual, raça, escolaridade, ano de formação, ocupação de trabalho principal, ano que começou a atuar nesta ocupação, renda familiar total, número de moradores e cômodos da casa, condição marital e quantidade de filhos.

A segunda parte é formada por 13 questões sobre conhecimentos gerais acerca do tema abuso que englobam: a temática na formação inicial e continuada, situações de suspeita, revelação por parte da criança, denúncias.

Aborda também uma auto avaliação em relação ao conhecimento pessoal enquanto ser um conselheiro para criança, o encaminhamento da vítima do abuso de forma apropriada, a utilização de estratégias adequadas para enfrentar o abuso sexual, a resolução das situações de abuso sexual, a competência ao tratar uma questão de abuso, a adequação dos recursos oferecidos pela instituição para enfrentamento do abuso sexual, a suficiência de treinamento para lidar com as situações de abuso e a cooperação entre instituições envolvidas na rede de enfrentamento.

A terceira e última parte é composta por seis questões de identificação sobre abuso sexual que envolvem a identificação de algum caso suspeito em sua classe ou ambiente de trabalho, o encaminhamento de algum caso para o conselho tutelar, delegacia da mulher ou outra autoridade competente, conversa com uma criança suspeita em ser vítima do abuso sexual, conversa na classe sobre o tema do abuso, discussão da temática com colegas de trabalho, e por fim, a frequência de leitura dos materiais relacionados ao tema do abuso sexual.

### 7.3 CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada em dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS), localizados em diferentes bairros da região metropolitana de Curitiba/ Paraná (PR), que apresentam altos índices de vulnerabilidade social.

### 7.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Entrou-se em contato com a direção dos CMEIS a fim de pedir a liberação para aplicação do questionário com os funcionários do local. Após o consentimento dos responsáveis, tal pesquisa ocorreu em dias e horários previamente acordados com a equipe diretiva da instituição e mediante autorização e consentimento dos participantes.

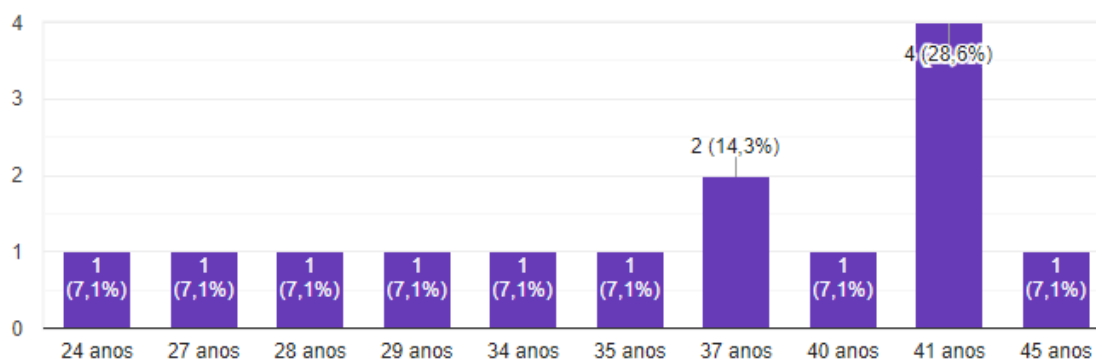
Três profissionais responderam à pesquisa na forma de entrevista estruturada, de modo verbal, onde as pesquisadoras foram responsáveis por transcrever as respostas. Uma das participantes aceitou a realização de gravação por áudio. Conforme solicitado pela direção e acordado com o restante das participantes, as demais receberam o questionário impresso e conforme sua disponibilidade de tempo preencheram-no.

## 8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto à identificação do perfil dos profissionais que atuam na educação, a primeira parte do questionário apresenta as características sócio demográficas das participantes, como vemos a seguir.

Todas as participantes são do sexo feminino, com variação de idades entre vinte e quatro á quarenta e cinco anos. Ressaltamos que uma das entrevistadas não respondeu a esta questão, totalizando 14 participantes conforme a tabela a seguir:

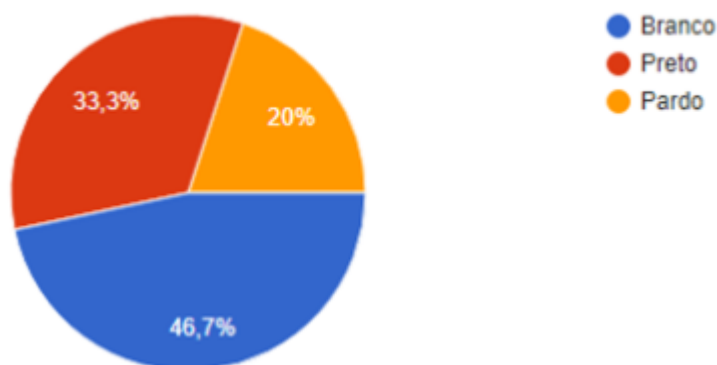
TABELA 02 – FAIXA ETÁRIA DOS PARTICIPANTES



FONTE: As autoras (2018).

Em relação a auto identificação de raça: 46,7% das entrevistadas são brancas (7 pessoas), 33,3% se declaram pretas (5 pessoas) e 20% se auto declaram pardas (3 pessoas), conforme figura 01:

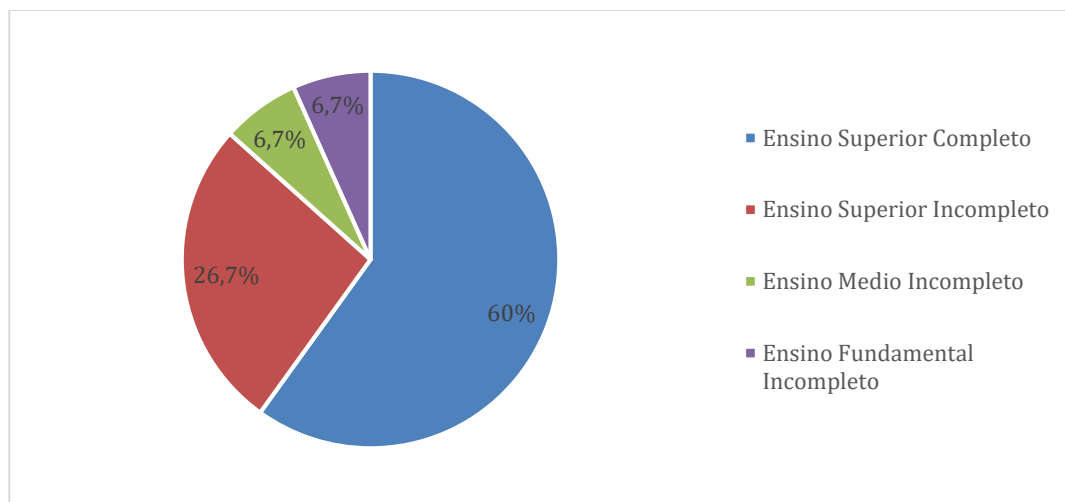
FIGURA 01 – IDENTIFICAÇÃO RACIAL DOS PARTICIPANTES



FONTE: As autoras (2018).

A respeito do nível de escolaridade das participantes (Figura 02): nove das entrevistadas possuem Ensino Superior Completo em Pedagogia (totalizando 60%), 4 pessoas tem o Ensino Superior Incompleto, e destas, duas encontram-se cursando Pedagogia (totalizam 26,7%), 1 participante tem o Ensino Fundamental Incompleto (6,7%) e 1 participante tem o Ensino Médio Incompleto (6,7%).

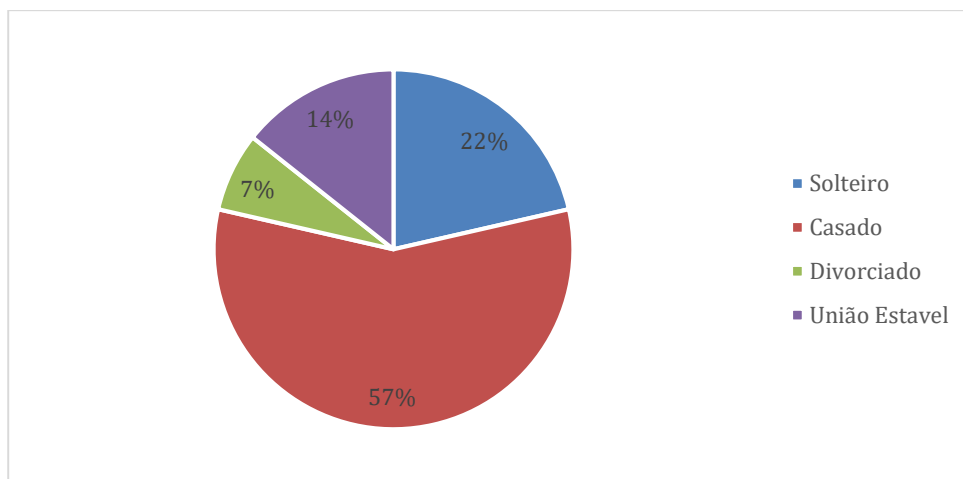
FIGURA 2 – ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES



FONTE: As autoras (2018).

No que se refere à condição marital (Figura 03), oito das entrevistadas são casadas (57,1%), três são solteiras (21,4%), duas tem relacionamento de união estável (14,3%) e 1 entrevistada é divorciada (7,1%). Uma das participantes não respondeu esta questão.

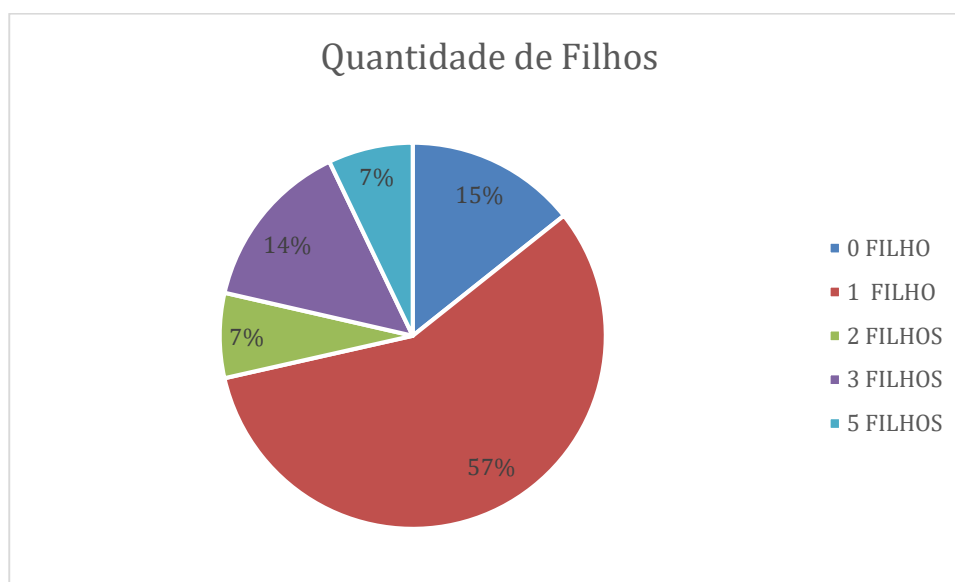
FIGURA 3 – CONDIÇÃO MARITAL DOS PARTICIPANTES



FONTE: As autoras (2018).

No que se refere a quantidade de filhos (Figura 04): oito participantes tem um filho (57,1%), duas tem três filhos (14,3%), duas não tem filhos (14,3%), uma tem dois filhos (7,1%) e uma tem cinco filhos (7,1%).

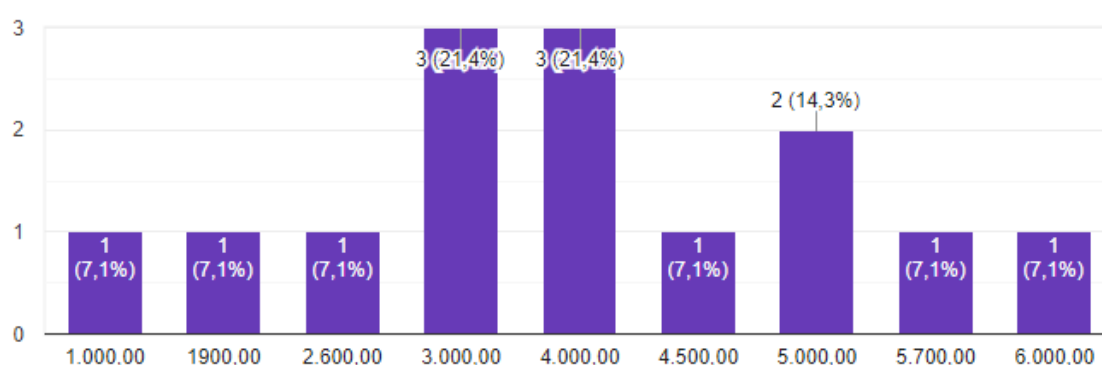
FIGURA 4 – QUANTIDADE DE FILHOS DOS PARTICIPANTES



FONTE: As autoras (2018).

No quesito renda familiar (tabela 2), os valores variam de um a seis mil reais.

TABELA 2 – RENDA FAMILIAR DOS PARTICIPANTES

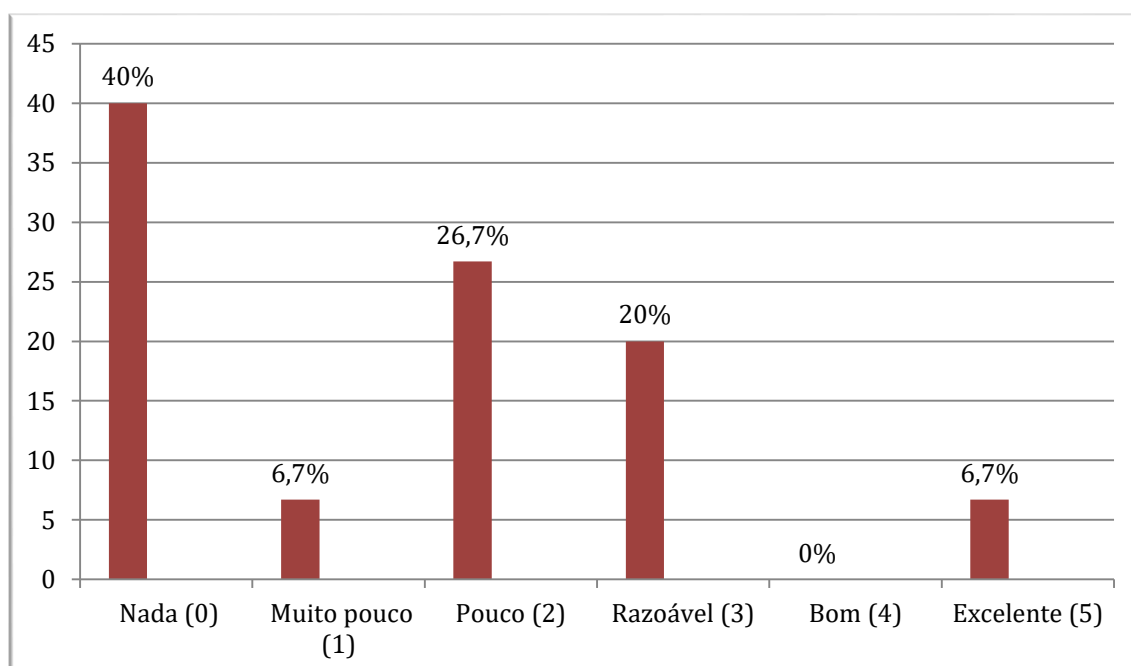


FONTE: As autoras (2018).

A segunda parte do questionário, intitulada Conhecimentos Gerais acerca do tema do Abuso, atende a um dos objetivos específicos descritos na presente pesquisa, que busca identificar se o tema do abuso sexual faz parte da formação inicial ou continuada dos profissionais.

Em relação à formação inicial (Tabela 3), 40% das entrevistadas (6 pessoas) alegam não haver nada de conteúdo sobre o tema do abuso sexual, uma das entrevistadas alega ter muito pouco conhecimento do tema (6,7%), quatro das entrevistadas relatam ter pouco conhecimento do tema (26,7%), três tiveram um conhecimento razoável (20%) e uma considera ter um excelente conhecimento sobre o tema (6,7%).

TABELA 3– FORMAÇÃO INICIAL DOS PARTICIPANTES SOBRE ABUSO INFANTIL

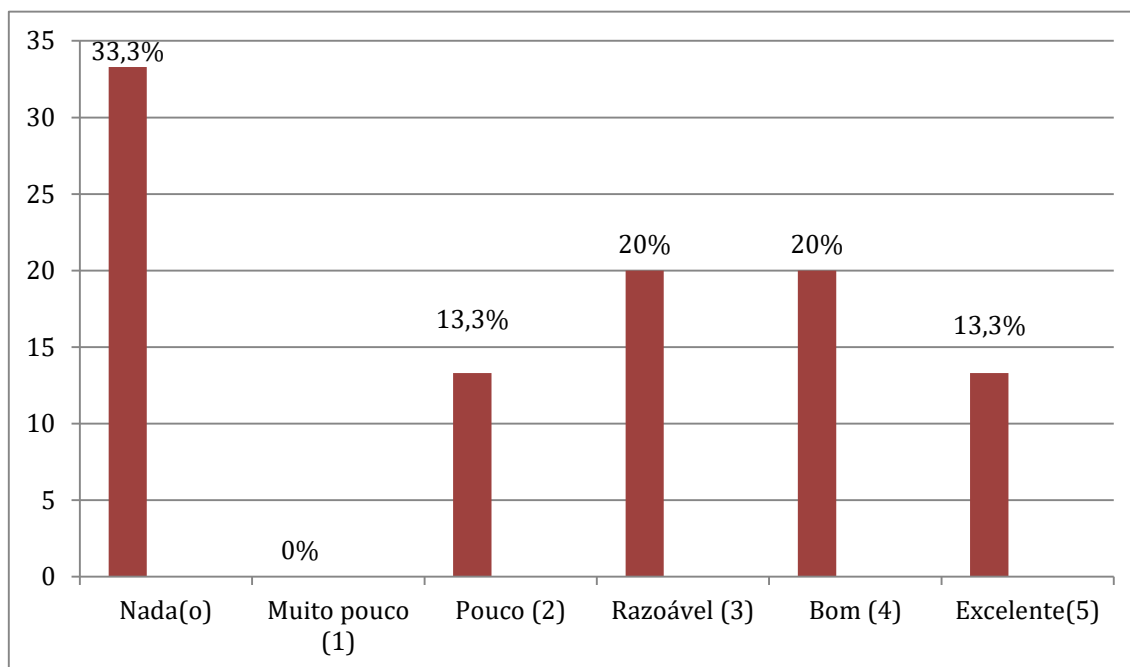


FONTE: As autoras (2018).

No quesito formação continuada (Tabela 4), os dados apontam que 33,3% das pessoas entrevistadas (5 pessoas) não dispôs de nenhum conteúdo sobre a violência sexual em sua formação continuada.

Em contrapartida, 13,3 % (2 pessoas) consideram ter por conteúdo, 20% (3 pessoas) tiveram um conteúdo razoável, 20% (3 pessoas) usufruíram de um bom conteúdo e 3,3% (2 pessoas) consideram excelente o ensinamento da tematica obtida em sua formação.

TABELA 4– FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PARTICIPANTES SOBRE ABUSO INFANTIL



FONTE: As autoras (2018).

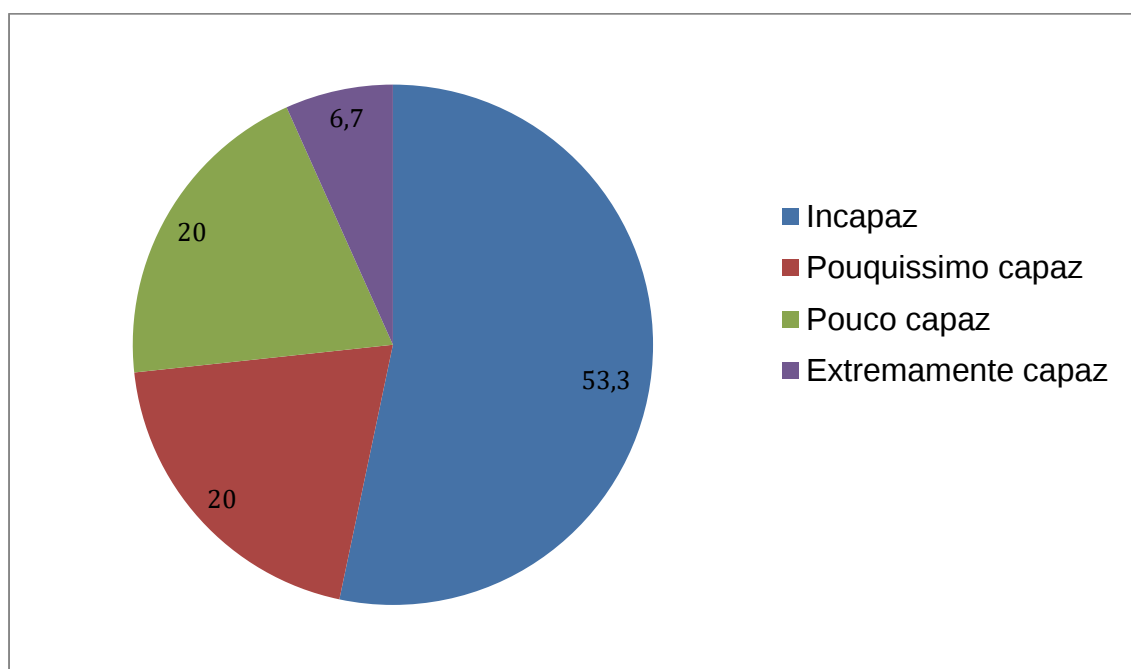
Como descrevem Hazzard, Rupp (1986), dentre vários grupos de profissionais, os professores são os que detêm menor repertório de informações sobre abuso sexual, sugerindo a necessidade de se levantar quais informações esses professores têm acerca do abuso sexual.

Tanto na formação inicial quanto na continuada, o maior número de profissionais se concentra na categoria de não deter nenhum conhecimento acerca do tema do abuso. É um dado alarmante, tendo em vista a importância do tema para prevenção ou tomada de medidas e encaminhamentos necessários após a suspeita ou revelação do abuso.

A terceira parte do questionário faz referência a mais um dos objetivos: Apontar qual a postura dos profissionais da educação ao ter conhecimento sobre um caso de suspeita ou de revelação de abuso sexual infantil.

Em relação a denúncia (Figura 05), 53,3% (oito participantes) alegam-se incapazes de fazer a denúncia, 20 % (3 participantes) se denominam pouquíssimo capazes, 20% (3 participantes) são pouco capazes de realizar o procedimento e 6,7% (uma participante) considera-se extremamente capaz de fazer a denúncia.

FIGURA 5 – CAPACIDADE DE DENÚNCIA DOS PARTICIPANTES



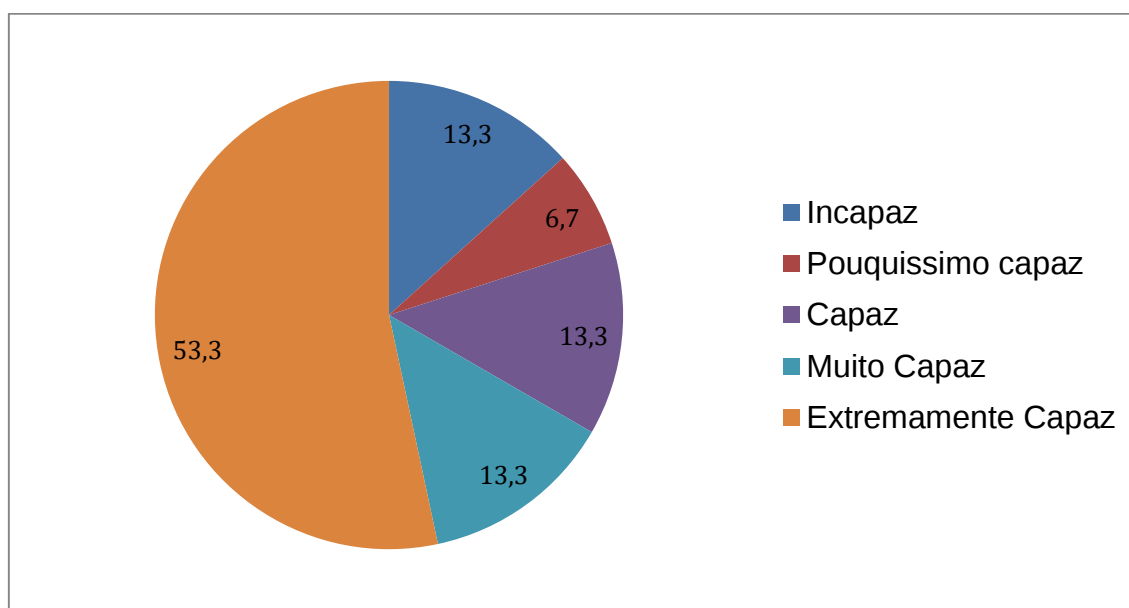
FONTE: As autoras (2018).

O argumento que sobressai as respostas da entrevista é que as participantes temem em denunciar e conseqüentemente ser prejudicadas por tal ato. Outro fato citado é que se por algum motivo a família desconfia da suspeita na instituição, imediatamente a criança é retirada do local por insegurança da família em ser denunciada.

Cunningham, Sas (1995) apontam alguns fatores que podem inibir a denúncia do professor sobre a ocorrência de abuso sexual: conflitos emocionais e desconforto com a hipótese de abuso sexual; a solicitação de segredo vindo da criança; incerteza de informações que somente serão obtidas após a denúncia; o fato destes não estarem familiarizados com os procedimentos adotados pela polícia; apreensão sobre reações parentais negativas e falta de habilidades quando questionados sobre a denúncia.

Para o fator encaminhamento de forma apropriada (Figura 06), 13,3%( duas pessoas) sentem-se incapaz de o fazer, 6,7%(uma pessoa) sente-se pouquíssimo capaz, 13,3%(duas pessoas) se dizem capaz, outros 13,3 %(duas pessoas) julgam-se muito capaz, e 53,3% (oito pessoas) julgam-se extremamente capaz de fazer o encaminhamento adequadamente.

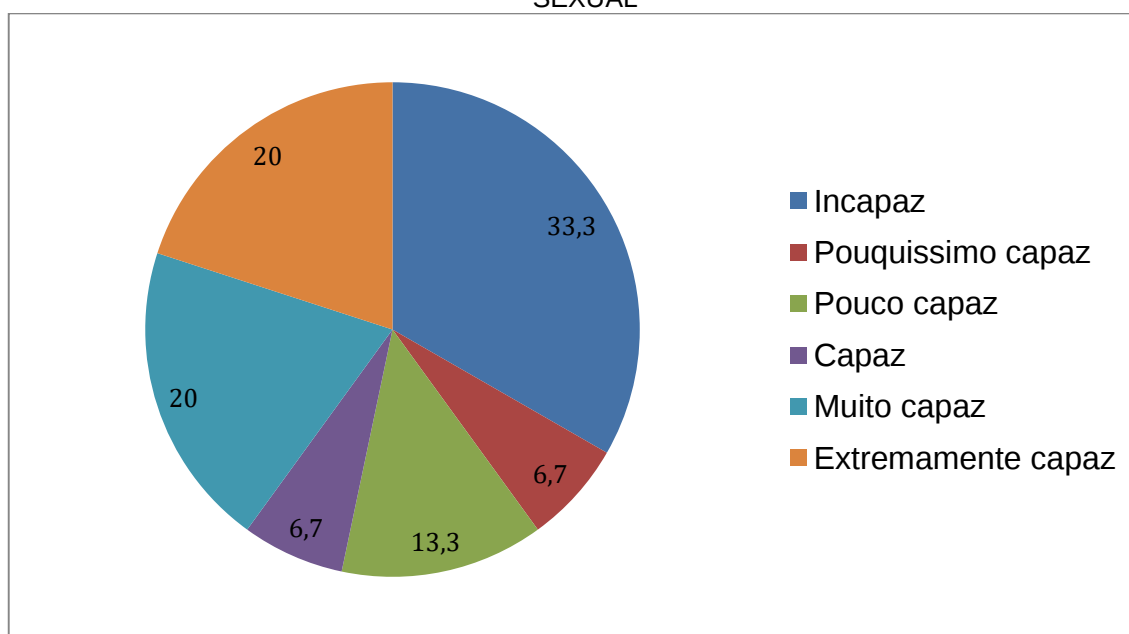
FIGURA 6 – ENCAMINHAMENTOS DE FORMA APROPRIADA PELOS PARTICIPANTES



FONTE: As autoras (2018).

No quesito utilização de estratégias adequadas para o enfrentamento do abuso sexual (Figura 07), 33,3 % (cinco participantes) são incapazes, 6,7% (uma participante) é pouquíssimo capaz, 13,3% (duas participantes) é pouco capaz, 6,7% (uma participante) é capaz, 20% (três participantes) é muito capaz e outros 20% (três participantes) é extremamente capaz.

FIGURA 7 – UTILIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS ADEQUADAS NO ENFRENTAMENTO DO ABUSO SEXUAL



FONTE: As autoras (2018).

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise de entrevistas realizadas com profissionais de duas instituições de Educação Infantil, podemos considerar que o tema do abuso sexual eventualmente faz parte do currículo das instituições públicas e privadas tanto a nível Superior, quanto a nível Médio. A maior parte dos entrevistados alega não ter desfrutado de tal conteúdo em sua formação inicial, estendendo o problema a formação continuada. Consequentemente, os profissionais sentem-se incapazes de utilizar estratégias adequadas no enfrentamento do abuso.

Em contrapartida, eles detêm conhecimento de como proceder o encaminhamento de casos suspeitos aos órgãos competentes, mas em sua maioria sentem-se incapazes de realizar uma denúncia. A incapacidade vem acompanhada da dificuldade em denunciar, ora por medo de represálias por parte do abusador (que na maioria dos casos tem laço consanguíneos com as vítimas e são conhecidas dos profissionais), ora por alegarem falta de comprometimento dos responsáveis da equipe pedagógica em prosseguir com tais encaminhamentos.

É dever legal do profissional que trabalha com crianças notificar a violência, uma vez que tal ato pode contribuir para interromper o ciclo dos abusos. O fato de não denunciar pode acarretar consequências graves na infância do abusado que podem estender-se a vida adulta como sentimento de culpa, depressão, problemas com sexualidade e dificuldade em construir relações afetivas, podendo em último caso levar a pessoa ao suicídio.

Ademais, quanto antes as vítimas receberem apoio educacional, médico e psicológico, maiores as chances de superarem a experiência negativa da infância e terem uma vida mais prazerosa e saudável.

## REFERÊNCIAS

ABRAPIA. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**. 3ª ED. Petrópolis, RJ: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção a Infância e Adolescência (2004). **Abuso Sexual Infantil**. <http://www.abrapia.com.br>. Acessado em 20/05/2018.

ARAUJO, M. F. **Violência e abuso sexual na família**. Psicologia em Estudo, 7 (2), 5-8, 2002.

ARAUJO, P.V.; FERREIRA, C.L.L.; PEREIRA, A.D; RANGEL, R. F. Espaço Escolar: o professor frente à problemática da criança em situação de violência. IN: **Ver. Soc. Bras. Enferm. Ped.** V. 14, n. 2, p. 129-137. Dezembro 2014. Disponível em: [https://sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol14-n2/v\\_14\\_n\\_2-artigo\\_pesquisa-espaco\\_escolar\\_o\\_professor\\_frente\\_a\\_problematika.pdf](https://sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol14-n2/v_14_n_2-artigo_pesquisa-espaco_escolar_o_professor_frente_a_problematika.pdf) Acesso em 14/08/2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Viva: instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada** [Internet]. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2016 p. 92 Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva\\_instrutivo\\_violencia\\_interpessoal\\_autoprovocada\\_2ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovocada_2ed.pdf) Acesso em 23/03/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed. atual. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.106 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, de 2001 a 2017. In: **Boletim Epidemiológico**. V. 49. N. 27. Jun. 2018. Disponível em: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf> Acesso em 26 /10/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificações de maus tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde**. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm) Acesso em 30/04/2018

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) Acesso em: 10/06/2018.

\_\_\_\_\_. Sociedade Brasileira de Pediatria. **Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência**. 2ed. Rio de Janeiro: CLAVES/ENSP/Fiocruz; 2001.

BRINO, R.F., WILLIAMS, L.C.A. **A escola como agente de prevenção do abuso sexual infantil**. São Carlos: Suprema, 2009.

\_\_\_\_\_. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. In: **Interação em Psicologia**, 2003. p.1-10.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Prevenir a violência: um desafio para profissionais da saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/ CLAVES- Jorge Careli, 1994. 40p.:il.

DURRANT, J. E. Corporal punishment: prevalence, predictors and implications for child behaviour and development. In: S. N. Hart (ed.), **Eliminating Corporal Punishment** (Paris, UNESCO, 2005), pags. 52 e 53.

FERREIRA, AL. A escola e a rede de proteção de crianças e adolescentes. In: ASSIS, SG., CONSTANTINO, P., and AVANCI, JQ., orgs. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores** [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 203-234. ISBN 978-85-7541-330-2. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org> Acesso em 08/07/2018.

LAPREV – Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, 2011. Disponível em: <http://www.laprev.ufscar.br/documentos/arquivos/capitulos-de-livro/a-escola-fazendo-sua-parte.pdf> Acesso em 15/04/2018.

PETRUCCI, G. W.; BORSA, J. C.; KOLLER, S. H. A Família e a Escola no Desenvolvimento Socioemocional na Infância. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia**, 24 (2), 391-402, 2016. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-01Pt>

PIMENTA, Selma Garrido. Questões sobre a organização do trabalho na escola. In: BORGES, Abel S. *et al* (Org). **A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública**. São Paulo: FDE, 1995. (Série Idéias, 16) Edição especial.

REPPOLD, C. T.; PACHECO, J.; BARDAGI, M.; HUTZ, C. Prevenção de Problemas de Comportamento e Desenvolvimento de Competências Psicossociais em Crianças e Adolescentes: Uma Análise das Práticas Educativas e dos Estilos Parentais. In: C. S., Hutz, (Org.), **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**, pp. 7-51. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

SANTIAGO, D. E.; MATTIOLI, O. C. Violência doméstica consentida: A construção de sentido pela criança vítima de maus tratos. In O. C. Mattioli, M. de. F. Araújo & J. L. Guimarães (orgs.) **A violência nos contextos familiar e social: Os desafios da pesquisa e da intervenção** (pp. 17-33). Curitiba: CRV, 2009.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**. São Paulo: Childhood - Instituto WCF- Secretaria de Educação, 2009.

SAYÃO, Y. **Refazendo laços de proteção: ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: manual de orientação para educadores**. São Paulo: CENPEC: CHILDHOOD –Instituto WC-Brasil, 2006.

SCARPATI, A.S.; ROSA, E.M.; GUERRA, V.M. Representações sociais da violência sexual na produção científica nacional. IN: **Psicol. Argum.** Curitiba, v.32, n. 77, p. 9-18, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19611/18955> Acesso em 03/05/2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Manual de Normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Maria Simone Utida dos SantosAmadeu [ET AL.] – Curitiba: Editora UFPR, 2015.327 p.

WILLIAMS, L.C.; PADOVANI, R.C; ARAÚJO, E.A.C.; STELKO-PEREIRA, A.C; ORMEÑO, G.R; EISENSTEIN, E. (2009). **Fortalecendo a rede de proteção da criança e do adolescente**. São Carlos, 2010. 67p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global Estimates of Health Consequences due to Violence against Children**. Background paper for the United Nations Study on Violence against Children. Geneva: WHO; 2006. Resgatado de:

## **APÊNDICE - QUESTIONÁRIO SOBRE CONCEPÇÕES ACERCA DO TEMA ABUSO SEXUAL INFANTIL**

Este questionário é parte integrante de uma pesquisa para o trabalho de conclusão de curso das acadêmicas Maria Angélica da Silva e Marineide Guimarães Santana, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná, sob a supervisão da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gabriela Reyes Ormeño. Tal pesquisa tem por objetivo geral: identificar o perfil dos profissionais que atuam na educação em relação ao tema do abuso sexual infantil. Ressaltamos que os dados obtidos são confidenciais, e no caso de qualquer informação ser divulgada em publicação, isto ocorrerá de forma codificada e sua identidade será totalmente preservada.

### **1- IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE**

As questões abaixo são sobre você, pedimos a gentileza de responder com honestidade.

Nome \_\_\_\_\_

A1. Qual é seu sexo?

( ) Feminino

( ) Masculino

A2. Qual sua idade?

\_\_\_\_\_

A3. Como você se considera?

( ) Branco

( ) Preto

( ) Pardo

( ) Amarelo

( ) Indígena

A4. Qual sua escolaridade?

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Ensino Superior Completo

A5. Em que ano você obteve o nível de escolaridade assinalada anteriormente?

-----

A6. Qual a sua ocupação de trabalho principal? (Ex: Professora, Pedagoga, Coordenadora...)

-----

A7. Em que ano você começou a atuar nessa ocupação?

-----

A8. Qual sua renda familiar (total)?

-----

A9. Qual o número de moradores da sua casa?

-----

A10. Qual o número de cômodos da sua casa?

-----

A11. Qual a sua condição marital?

( ) Solteiro(a)

( ) Casado(a)

( ) Divorciado(a)

( ) Viúvo(a)

( ) União Estável

A12. Quantos filhos você tem:

\_\_\_\_\_

## 1.2 CONHECIMENTOS GERAIS ACERCA DO TEMA ABUSO

**Instrução:** Registre, assinalando na escala de 0 á 5 suas respostas após cada pergunta solicitada. Lembramos que sua reposta é confidencial!

B1. A temática a abuso sexual fez parte da sua formação inicial?

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

B2. A temática abuso sexual fez parte de sua formação continuada?

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

**Com que frequência você lida com as seguintes situações nas suas atividades profissionais?**

C1. Suspeita de abuso sexual

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

C2. Revelação, pela criança ou adolescente, de situação de abuso

Sexual

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

C3. Denúncias de abuso sexual

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

Indique o quanto você concorda com as afirmações sobre você abaixo:

C4. Acredito que devo ser tanto profissional, quanto um conselheiro.

Para as crianças e adolescentes da minha instituição.

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

C5. Quando uma criança ou adolescente é vítima de abuso sexual, eu consigo encaminhar a situação de forma apropriada.

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

C6. Eu sei utilizar estratégias adequadas para enfrentar o abuso

Sexual.

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

C7. Eu sei resolver situações de abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes.

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

C8. Eu me sinto competente para tratar uma questão de abuso

Sexual.

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

C9. Minha instituição oferece recursos adequados para o

enfrentamento do abuso sexual

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

C10. Recebi treinamento suficiente para lidar com situações de abuso sexual.

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

C11. Existe cooperação entre as instituições envolvidas na rede De enfrentamento ao abuso sexual.

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

### 1.3 IDENTIFICAÇÃO SOBRE ABUSO SEXUAL

D1. Você já identificou algum caso suspeito de abuso sexual em sua classe ? Se sim quantos? [0] [1] [2] [3] [4] [5]

D2. Você já encaminhou algum caso de abuso sexual da sua classe para o Conselho Tutelar, Delegacia da mulher ou outra autoridade competente?

Se sim, quantas?

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

D3. Você já conversou com uma criança que suspeitava estar sendo vítima de abuso sexual?

Se sim, quantas vezes?

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

D4. Você já fez uma fala em sua classe para as crianças sobre abuso sexual? Se sim, com qual frequência?

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

D5. Você já discutiu o tema abuso sexual com colegas de trabalho na escola? Se sim, com qual frequência?

[0] [1] [2] [3] [4] [5]

D6. Você realiza leitura de materiais relacionados ao tema abuso sexual? Se sim, com qual frequência?

[0] [1] [2] [3] [4] [5]